

A derrota do governo na votação da previdência do funcionalismo só significa que FHC terá de comprar mais caro cada corrupto. Em janeiro, vai rerepresentar a medida para aprovação, para satisfação do FMI e dos credores internacionais.

As massas buscam o caminho da luta, como mostraram portuários, estivadores, metalúrgicos, camelôs, estudantes etc. É possível chamar a luta nacional de massa para barrar o pacote FHC/FMI e o plano neoliberal de fome e desemprego.

O ponto de partida:

defesa firme das reivindicações, sem rebaixá-las; clareza no combate ao pacote no seu conjunto; independência de classe (nada de ficar a reboque dos governadores ou de capitalistas descontentes); apostar nos métodos próprios dos explorados.



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 163 - 1ª QUINZENA DE DEZEMBRO DE 1998 - R\$ 1,00

ABAIXO O PACOTE FHC/FMI!

Organizar a greve geral!

Nenhuma demissão! Escala móvel de horas de trabalho!

Não aos cortes de verbas da saúde e educação!

Nenhum imposto aos assalariados!

Que só os capitalistas paguem pela crise!

Fora o FMI do Brasil! Por uma Frente Única Antiimperialista!

**Escândalos de corrupção no governo:
NENHUMA ILUSÃO NAS CPIs FAJUTAS!
TRIBUNAIS POPULARES PARA JULGAR
A BURGUESIA CORRUPTA!**

As massas têm de confiar é nos seus próprios métodos, na sua própria força!

Quinzena de Luta do Movimento Operário

A crise capitalista e a tendência de luta das massas

A crise mundial do sistema capitalista tem se aprofundado rapidamente, devastando regiões inteiras, quebrando suas economias da noite para o dia, inclusive de países que a até pouco tempo eram consideradas como pérolas do modelo de produção atual (Japão, Ásia etc). Nesse contexto, os capitalistas procuram descarregar nas costas da classe operária e demais camadas trabalhadoras todo o peso de sua crise. No Brasil, as massas têm sofrido um ataque brutal às suas condições de vida. Por imposição do FMI, o governo antinacional e antipopular de FHC tem lançado pacotes e mais pacotes para proteger os interesses dos grandes capitalistas em crise, destruindo ainda mais os já sucateados sistemas públicos de saúde e educação, aumentando impostos, agravando o desemprego e retirando conquistas históricas dos trabalhadores. Para conseguir implementar tais ataques e evitar que os trabalhadores se levantem numa luta nacional em defesa das suas condições de vida, o governo tem a seu favor uma burocracia sindical completamente corrompida e atrelada ao Estado (Força Sindical, CGT etc). Por outro lado, a direção da CUT, que controla grande parte dos sindicatos do país, tem levado para dentro desses organismos a política de conciliação de classes do PT, que procura arrastar as massas para a ilusão eleitoral ou parlamentar. Querem que a classe operária acredite na utopia de que é possível reformar o capitalismo, tornando-o mais humano, por meio de uma melhor distribuição de renda. Em resposta, temos assistido em todo o país um aumento considerável de movimentos grevistas que tendem a se chocar contra o governo e seu plano de fome e miséria. Estes movimentos ainda comparecem de maneira espontânea, instintiva e que invariavelmente são quebrados pela burocracia sindical. Porém, até mesmo essa burocracia já começa a se preocupar com tal tendência, a ponto de Vicentinho, Presidente da CUT, dizer na imprensa burguesa que 'teme que possa haver convulsões sociais no próximo ano' e que 'o agravamento da crise leve o povo a ocupar fábricas, lojas e supermercados'. O que ele quis dizer na verdade é que está morrendo de medo que, com tantos ataques às suas condições de vida, os trabalhadores acabem fugindo do controle da casta burocrática e organizem o combate ao plano antinacional e antipopular, levantando suas próprias bandeiras e utilizando-se de seus próprios métodos.

Metalúrgico rechaça proposta do sindicato

Se depender da direção dos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, e de Taubaté (Marinho, Toninho e Cia.) que vem negociando com a Volkswagen como fazer para arrancar dos trabalhadores uma fatia maior

de seus salários (a montadora anunciou recentemente que pretende economizar 400 milhões), os patrões não precisam mais se preocupar em apresentar propostas para atingir seus objetivos. Agora os pelegos estão se encarregando de fazer isso também. Diante dos ataques dos patrões, os traidores estão chamando assembleias da categoria não para propor a greve e barrar as demissões e retirada de conquistas, mas para convencer os trabalhadores que abram mão do reajuste salarial e de participação nos lucros ou resultados (PLR) no próximo ano, em troca de suposta garantia do emprego. Os trabalhadores rechaçaram a 'proposta' negando ao pelego a carta branca que este queria para negociar com o patrão. Ao final da Assembleia, os trabalhadores foram bonzinhos e deram-lhe apenas uma tremenda vaia, porque o que ele merecia mesmo era uma sova das melhores. Na semana seguinte, a Volks espalhou o boato de 7.500 demissões, e a burocracia logo chamou nova assembleia e conseguiu a retomada dos conchavos para a retirada de direitos trabalhistas. Agora, uma sova é pouco...

Ambulantes fazem greve de fome em SP



Camelô passa mal durante greve de fome e é atendido em São Paulo.

Os capitalistas em crise, para proteger seus lucros, colocam milhares de trabalhadores na rua todos os dias e, com o mesmo objetivo, ou seja, para proteger o lucro dos grandes comerciantes, o governo municipal tem feito uma verdadeira caçada aos vendedores ambulantes, que são em grande parte trabalhadores que perderam o emprego e tentam ganhar algum dinheiro para sobreviver, entrando na chamada economia informal, vendendo mercadorias no centro da cidade. A prefeitura, a mando dos lojistas, criou os chamados 'bolsões' em locais estratégicos, fora do centro, distantes das lojas, onde os ambulantes seriam obrigados a se instalar. Assim, não poderiam oferecer nenhum perigo e o lucro dos lojistas estaria garantido. Os ambulantes que se recusaram a ir para os bolsões tiveram suas mercadorias apreendidas e os que foram não conseguem vender nada, pois são pontos isolados. Revoltados, os ambulantes iniciaram uma greve de fome, se acorrentaram uns aos outros e jogaram a chave no lixo para tentar reaver seus antigos pontos e assim voltar a ter seu sustento novamente. Na verdade, o subemprego, a miséria, a fome e outras tantas chagas que assolam os trabalhadores são consequências do anárquico sistema capitalista de produção e todos esses males só

serão eliminados com a destruição do sistema que os cria. Essa é a tarefa histórica que a classe operária tem em suas mãos. Seguida pelas demais camadas trabalhadoras empregadas e desempregadas da cidade e do campo, terá que destruir a sociedade capitalista e caminhar rumo à sociedade sem classes, ou seja, o socialismo.

Greve dos portuários

Os trabalhadores dos portos de Santos e ES, em greve radicalizada, com barricadas, fechamento de ruas e enfrentamento com a tropa de choque, se colocaram contra a decisão do governo e dos patrões de acabar com o poder dos Sindicatos dos Portuários e demais trabalhadores do setor, passando para um órgão patronal a incumbência de escalar os trabalhadores. O objetivo dos patrões com essa medida é de poder rebaixar os salários dos portuários pela metade e ainda colocar na rua aproximadamente 11 mil trabalhadores. No segundo dia de greve em Vila Velha, houve conflitos com a tropa de choque da PM, que, por volta das 11 horas, invadiu o local onde estavam concentrados os grevistas em assembleia para tomar decisões sobre o andamento da greve, atacaram com bombas de gás lacrimogênio e de "efeito moral". Prenderam 22 trabalhadores e deixaram seis feridos. Com a radicalização da greve que durou três dias e temendo que o movimento se generalizasse pelo país, os patrões recuaram e foram obrigados a deixar com os Sindicatos a decisão de escolher a melhor forma de distribuir as senhas de trabalho em convenção coletiva a partir de fevereiro. Porém, a lição

mais importante que os demais trabalhadores devem tirar desse movimento foi a forma radicalizada, onde os portuários mostraram que só através da força e da utilização de seus próprios métodos (greves, ocupações, manifestações etc.), a classe operária poderá arrancar dos patrões as suas reivindicações.

Motoristas de ônibus paralisam contra atraso de pagamento em São Paulo

Metade das empresas de ônibus não pagou os salários de novembro. Alegam falta de repasse de dinheiro pela prefeitura. Esses parasitas do transporte público reclama de barriga cheia, pois a passagem de ônibus a um real está nas nuvens. Os repasses reclamados são relativos a pendências anteriores. O sindicato, que havia chamado uma greve parcial contra as catracas eletrônicas alguns dias antes, novamente insistiu na tática de greve parcial. Enquanto isso, os empresários das empresas de ônibus (Maluf e Cia.) vão implantando, junto com a prefeitura, as catracas eletrônicas em toda a rede de transporte. Isso vai levar a dezenas de milhares de demissões de cobradores. É preciso organizar a greve geral dos transportes para barrar as demissões e os ataques aos salários.

Nacional

Derrota do governo em votação expõe divisão interburguesa

Por 205 a 187, Câmara rejeitou a medida provisória sobre cobrança de ativos, inativos e pensionistas da União. Essa taxa sobre os aposentados do funcionalismo (11%) e o aumento do desconto dos salários da ativa (9% a mais para salários superiores a 1200 reais) era uma das imposições do acordo firmado com o FMI (pacote). Supostamente, a perda de arrecadação com a queda da medida provisória seria de R\$ 2,5 bilhões no próximo ano.

A derrota do governo foi provocada pela dissidência na base governista. No PFL, 16 deputados votaram contra. No PSDB, 25. No PMDB, 29. A maior dissidência entre os partidos aliados ocorreu no PPB, de Paulo Maluf: 31 deputados não seguiram a orientação do governo.

Pesou ainda a ausência de deputados governistas na votação: 32 do PFL, 16 do PSDB, 23 do PMDB, 20 do PPB e 4 do PTB não votaram ontem à noite.

Com a derrota na Câmara, a medida provisória nem chegou a ser votada pelo Senado.

O governo, na tentativa de aprovar a medida, cedeu em vários pontos da MP. Aumentou a faixa de isenção para os atuais servidores públicos aposentados e para os pensionistas. Os que ganham até R\$ 500 ficariam isentos. Recuou ainda na proposta de cobrar contribuição previ-

enciária dos militares aposentados. Nada disso adiantou.

As razões da derrota

O governo havia anunciado uma nova medida provisória cortando isenções de entidades filantrópicas e aumentando a contribuição previdenciária dos produtores rurais. Parlamentares das bancadas ruralista e da saúde votaram contra o governo. A falta de liberação de recursos de emendas de parlamentares feitas ao Orçamento da União, prometida pelo ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, em cartas aos congressistas, mostrou que o governo ainda tem de negociar cada milímetro da reforma comprando o voto dos parlamentares.

O pacote firmado com o FMI é extremamente duro. A violência é desfechada principalmente sobre as massas, mas também atingirá setores da burguesia. Por isso, a aplicação dessas medidas aumentou os cho-



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ques interburgueses. Embora todas as frações capitalistas se coloquem sob a batuta do capital financeiro internacional, elas se digladiam entre si, para ver quem quebra e quem sobrevive à destruição imposta de fora do país. Os acontecimentos envolvendo a criação do Ministério da

Produção e a queda de vários cargos de primeiro escalão ligados ao PSDB mostra que os choques no interior da aliança governista crescem. Cada medida do pacote e do plano de FHC terá de ser negociada exaustivamente entre as gangues capitalistas. Cada voto do parlamento corrupto terá de ser comprado.

O tal de acidente de percurso

O governo apresentou suas desculpas ao FMI por não ter conseguido aprovar a criação de seu imposto sobre os aposentados, como um acidente de percurso. De fato, não se trata de uma derrota real do governo, nem de seu pacote. A medida provisória pode ser reapre-

sentada em janeiro, e votada às gargalhadas pelos mesmos parlamentares que agora verteram lágrimas de crocodilo pelos idosos. Basta apenas que o governo preserve os interesses de alguns grupos, libere algumas verbas e pronto: logo o pacote estará aprovado para aplicação. E os aposentados, que já são esmagados pelas pensões miseráveis, terão de passar mais fome e doença para preservar os ganhos do parasitismo financeiro.

A rejeição da medida provisória levou à especulação sobre se o FMI continuaria liberando as parcelas do empréstimo ou não. Mas a próxima parcela deve ser liberada em fevereiro, e até lá o governo pode reeditar a medida provisória e negociar sua aprovação. A rejeição foi um blefe calculado pelos parlamentares para obrigar o governo a negociar.

Derrota real somente com a luta

Na verdade, a derrota do governo é formal e provisória. Parlamentares da oposição mentem às massas quando dizem que é possível combater ou atenuar o pacote e plano de FHC pela via parlamentar e institucional. No campo do parlamento, da legislação e do poder judiciário, que são instituições do Estado capitalista, os explorados serão derrotados. Esses são os campos próprios de disputa interburguesa. Nesses fóruns é que negociam entre si para se volta-

rem ao ataque contra as massas.

A derrota do governo só pode acontecer de fato pela ação direta das massas. É pela mobilização nacional e unitária, independente, por um movimento grevista e de manifestações de rua que poderemos enfrentar o pacote FHC/FMI, o governo, a burguesia e o imperialismo. As recentes mobilizações operárias e estudantis provam que é possível e necessário chamar a luta unificada. Se isso não acontecer, essas lutas estarão divididas e dispersas, não terão força suficiente para enfrentar a ofensiva capitalista centralizada. O momento é favorável à luta. Nossa tarefa principal é impulsioná-la. Para isso, é preciso combater politicamente as tendências à conciliação e rendição presentes no interior do movimento. Combater a burocracia que negocia a redução de direitos e as demissões massivas. Negar as políticas de conciliação com governo, governadores, membros da burocracia governista ou setores descontentes da burguesia. Defender com firmeza as reivindicações do movimento, sem rebaixá-las. Chamar à unificação dos movimentos, impulsionando as assembleias e comandos de luta. Projetar a luta imediata contra o pacote e plano de FHC/FMI no seu conjunto. Construir a frente única antiimperialista.

Para o PSTU, uma CPI não basta, é preciso duas

Diante dos escândalos de corrupção do governo, o PSTU lança a bandeira de "Por duas CPIs". Os escândalos de corrupção do governo são evidentes, alguém pode duvidar que esse governo FHC é tão ou mais corrupto que o de Collor? A corrupção é parte integrante do Estado burguês, é uma de suas engrenagens fundamentais para o funcionamento a serviço da classe dominante. A revelação dos escândalos das Ilhas Caymann e do grampo telefônico sobre favorecimento na privatização da Telebrás são instrumentos de bar-

ganha entre as frações burguesas no aparelho do Estado. Não vão levar a nenhuma punição, servem apenas para negociar a composição do governo, o alcance das medidas do pacote etc.

As CPIs têm uma longa história de acobertamento da corrupção burguesa. São um instrumento para enganar as massas, apresentando um falso tribunal que no final de seus trabalhos confere aos "acusados" um atestado de honestidade. Basta ver a CPI do Orçamento, dos bingos, da Vasp etc.

Um partido revolucionário tem o dever de mostrar o real papel desse instrumento de enganação das massas. O PSTU faz o oposto: chama as massas a se iludirem com as CPIs, chama as massas a apoiarem um instrumento de engano e preservação da ditadura de classe da burguesia. Não contente com uma, pede ainda duas

CPIs. Quem sabe, se uma não vencer, talvez duas...

Os trabalhadores, para se emanciparem, precisam romper com as ilusões na democracia burguesa e confiarem nas suas próprias forças para destruir a exploração de classe, e a conseqüente corrupção burguesa. Ajuda a avançar nesse sentido a denúncia das CPIs, o chamado a que os trabalhadores não tenham nenhuma ilusão nas CPIs, a que criem seus próprios instrumentos para julgar e punir a burguesia corrupta. Por isso, cabe é a defesa da construção dos Tribunais Populares, organismos próprios das massas, com delegados eleitos em assembleias de base e subordinados a elas. Colocados em pé, esses organismos não se deterão em verificar a corrupção burguesa, mas servirão à sua derrubada do poder e à revolução proletária.



Como os trabalhadores podem enfrentar a recessão e o desemprego

A previsão do governo é de que haverá uma queda de 1% no crescimento do país; há outras estimativas de banqueiros internacionais muito mais graves. Tal queda configura recessão. A economia além de não crescer regride. Os indicadores de fato confirmam que a retração será violenta.

“Segundo dados da FIESP, a queda da atividade é de 5,7% em outubro na comparação com setembro, e de 1% no acumulado dos dez primeiros meses deste ano em relação a igual período de 97.” “Em outubro, as vendas caíram 4,4% em relação a setembro. Na comparação com outubro do ano passado a queda é maior, chegando a 9,4%. No acumulado do ano, porém, as vendas cresceram 0,2% sobre janeiro a outubro de 97.” (Folha SP.) Pode-se ver que os indicadores industrial e comercial confirmam as previsões de recessão.

Estes números aparecem nas fábricas, campo e comércio na forma de demissão em massa e de previsível destruição de mais postos de trabalho durante o ano inteiro de 1999. Como o final de ano traz uma melhora nas vendas, os dados de desemprego assinalam: a taxa de 18,5% de desemprego da PEA (População Economicamente Ativa) em São Paulo caiu para 18,1%, o que significa que continuam desempregados na região metropolitana de São Paulo 1,592 milhão de trabalhadores.

A queda de apenas 0,4% além de insignificante é provisória. Passado esse momento, a retomada do desemprego será forte. No maior centro do país, o nível de 18,1% por si só reflete a decomposição do capitalismo e o tremendo sacrifício imposto aos trabalhadores.

Combinados desemprego e arrocho salarial, o resultado foi a queda de 460 milhões de Reais na massa salarial da Grande São Paulo, ou seja, uma redução de 7,2%. “Em setembro de 97, os trabalhadores ocupados na região ganharam juntos R\$6,39 bilhões. Em setembro passado, o rendimento total foi de R\$5,93 bilhões” (FSP) Está aí menos compra, mais fome e miséria.

As reformas pró-imperialistas e antipopulares do governo trarão novos desastres para a classe operária

e demais trabalhadores, haja vista a redução nas verbas para saúde, educação, aumento de impostos, etc.

Este quadro extremamente desfavorável aos explorados pôde ser construído pelos capitalistas devido à falta de resistência do movimento operário. As direções pelegas e traidoras, da CUT à Força Sindical, se aproveitaram do terror criado pelo desemprego para criar a falsa idéia de que não era hora de lutar. A palavra de ordem foi e é negociar para perder o menos possível. O resultado tem sido desastroso. Os trabalhadores só têm levado chumbo, enquanto permanecem desmobilizados e desorganizados.

A cada vez que a burocracia sindical se pôs a negociar as ameaças de demissões, os operários perderam conquistas sociais, renunciaram a reajustes salariais e a promessa de manter os empregos não foram cumpridas.

A verdade é que os capitalistas usam a crise de seu regime econômico para aumentar a taxa de exploração (extração de mais-valia). Basta ver o que é que os pelegos têm negociado com os patrões. Não há uma só situação em que não haja perda do trabalho para o capital. Neste exato momento em que a marcha da recessão avança e novas ondas de demissão mostram a crista, o governo acaba de fazer mais uma ofensiva contra os assalariados com a tal da “demissão temporária”.

Os burocratas sindicais começaram aceitando a “demissão voluntária”, mas os patrões acharam pouco, pois ainda tinham de pagar alguma migalha de indenização. Passaram a negociar os “bancos de hora”, tampouco foi suficiente frente à crise. Negociaram redução de salário direto e indireto (conquistas sociais). Onde os capitalistas querem chegar? O objetivo é se livrarem de qualquer empecilho trabalhista. Querem o poder de demitir e ponto final.

A burocracia cutista, para não dizer a direitista Força Sindical que sempre conspirou abertamente contra a classe operária, vem recuando passo a passo diante das pressões capitalistas, desarmando o conjunto dos explorados e desmoralizando os sindicatos. Porém, essa política colaboracionista se choca com as neces-

sidades da classe operária. As inúmeras lutas de novembro e começo de dezembro mostram que as bases estão pressionando os sindicatos. Manifestam-se as tendências de luta, que poderão emergir com radicalidade nos métodos de combate, a exemplo dos portuários de Santos e Espírito Santo.

Os trabalhadores estão diante da evidência de que a via da “negociação” é a via da derrota passiva, imposta pela política da burocracia reformista e direitista, que se acha bem unida neste ponto estratégico da luta de classes. O correto é romper a passividade colaboracionista e partir para o confronto com a burguesia e seu governo. Ou seja, recorrer às assembléias massivas, restabelecer a democracia das bases, formar os comitês de empregados e desempregados, aprovar uma pauta de reivindicações que defenda o emprego e os salários, e colocar na ordem do dia o objetivo de derrubada integral do Plano FHC/FMI, organizar os movimentos unificados e utilizar bem da greve, ocupação etc. Está colocada a tarefa de criar as condições organizativas para a Greve Geral por tempo indeterminado.

O Partido Operário Revolucionário defende: Chega de negociar o desemprego e a miséria! Chega de derrotas passivas! Vamos às ruas! Greve Geral contra o desemprego e o pacote FHC/FMI.

Nacional



Revista Socialismo Científico nº 6: 60 Anos da IV Internacional

Contém o Programa de Transição, Estalinismo e Bolchevismo, Discussões de Trotsky com o SWP.

Presos políticos no Brasil: a vida dos sequestradores de Abílio Diniz nas mãos do "democrático" FHC

Nacional

Os chilenos e o brasileiro ainda presos pelo sequestro do dono do Pão de Açúcar Abílio Diniz em 1989 mantêm a greve de fome, há mais de 20 dias. Os chilenos reivindicam a expulsão do país, o que lhes poderia devolver a liberdade no Chile, e o indulto ao brasileiro. As duas medidas dependeriam de uma atitude do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele reconhece que se trata de prisões políticas (*Folha de São Paulo*), mas diz que não quer se chocar contra o Poder

Judiciário, tentando jogar a responsabilidade para outros ombros.

Os presos sabem que não haverá possibilidade de alcançarem vitória pelos caminhos tortuosos e lentos da justiça burguesa. Por isso reivindicam a expulsão e o indulto. Nos 30 anos do Ato Institucional nº 5 (AI-5), vê-se que o regime democrático burguês preserva traços da ditadura militar, como a prisão política dos sequestradores e de dezenas de lideranças dos sem-terra.

O secretário José Gregori, em nome do governo, disse que a expulsão ou indulto significariam impunidade. Assim, mostra sua preferência pelo sofrimento ou até morte dos presos. Os carolas ligados às organizações de direitos humanos reclamam que terão seu trabalho prejudicado no ex-

terior e que fica complicado esse senhor ainda receber da ONU um prêmio. Ninguém deve se espantar, pois a ONU e essas organizações funcionam movidas pelo capital financeiro internacional e a seu serviço.

Diante da situação, não importa discutir ou criticar os métodos foquistas. Todas as organizações dos oprimidos têm de prestar seu apoio e solidariedade aos presos políticos e exigir sua imediata libertação. É preciso responsabilizar FHC pela vida dos presos em greve de fome. Quem deve ser julgado e punido pelos crimes de classe é a burguesia e seu governo. E isso só pode ser obra das massas oprimidas, pela construção de Tribunais Populares.

Manifestações contra o corte na Educação

O governo brasileiro está seguindo à risca os cortes que foram ditados pelo FMI. Uma área que foi muito atingida por estes cortes foi a educação, que está num grande processo de sucateamento.

A paralisa que é mostrada pela direção da UNE (UJS-PCdoB) em rechaçar o pacote nos demonstra claramente que essa política de conciliação de classes é contrária às necessidades decorrentes do ataque feroz que FHC/FMI tem feito a conquistas históricas do operariado e dos estudantes. Mas mesmo com esta política de entraves às lutas de classes, vemos vários movimentos contra os cortes na educação.

No dia 25 de novembro, na cidade de Araraquara, cerca de quinhentos estudantes do campus da Universidade Estadual Paulista fecharam a rodovia Washington Luiz nos dois sentidos da pista, pelo Km 272, em frente à Base Operacional da Polícia Militar Rodoviária, das 11h00 até por volta das 13h00.

A manifestação tinha por objetivo protestar contra os cortes anunciados pelo governo federal na área da educação.

No dia 30 de novembro, no estado do Rio de Janeiro, Dona Ruth Cardoso foi fazer uma pa-

lestra na Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), no Auditório do Centro Acadêmico de Ciências Humanas (CCH), mas no decorrer de sua palestra, algumas dezenas de 25 estudantes da UNIRIO, UFRJ e UERJ entraram no auditório do CCH e interromperam a dita solenidade atacando moedas e notas de 1 real, com faixas e aos gritos contra as privatizações e o cortes na educação. Os estudantes haviam sido impedidos de entrar pela porta principal, mas conseguiram o acesso à solenidade por outra entrada. Os gritos eram de "Universidade Solidária esconde a privatização", "Não pago, Não pago educação não é supermercado". A Dona Ruth saiu vaiada e escoltada pela PM.

Em Brasília, no dia 02 de dezembro, houve protestos contra o corte de orçamento na educação, os estudantes foram até a frente ao Ministério da Educação (MEC) e depois foram para a frente do Congresso e do Palácio do Planalto, aos gritos de ordem de "Educação não se discute,

privatize a Dona Ruth".

Em várias localidades do Brasil se apresenta a luta dos estudantes para dizer um Não! ao pacote de FHC/FMI!

Temos de unificar as lutas! Pela mobilização de todos os estudantes!

Nada de submeter os estudantes aos conchavos com governadores, reitores etc.!

Nenhum Corte de Verbas e Abaixo o Pacote FHC/FMI!

Por uma Campanha Independente e de Luta!



Nossa homenagem a Rose Marie Vargas, valorosa militante do POR boliviano, falecida há um mês.



Desnacionalização e monopolização na economia brasileira

Nacional



A empresa Enron, norte-americana, informou que pretende investir 2 bilhões de dólares no Brasil. Construirá duas usinas termoeletricas e concorrerá no leilão de privatização da Comgás, previsto para o primeiro semestre de 1999. A expansão desta multinacional na economia brasileira vem num ritmo crescente.

No ano passado, participou de um consórcio, como posição majoritária, para vencer a concorrência na compra da Riogás e CEG, passando assim a controlar a distribuição de gás no estado do Rio de Janeiro. No mesmo ano, abocanhou 100% da Gaspart, que distribui para Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Paraná e Santa Catarina. Já em 1998, a Enron venceu o leilão da Elektro, importante distribuidora de energia da Companhia Energética de São Paulo (CESP). No momento, está metida na construção do gasoduto Bolívia-Brasil; e constrói a usina termoeletrica de Cuiabá.

Pela extensão de seus negócios, a Enron passa a monopolizar um dos ramos estratégicos de energia. A burguesia brasileira e seu governo pró-imperialista se curvam diante da pressão do capital estrangeiro, permitindo que este avance a desnacionalização e aumente seu poder de decisão sobre o país semicolonial.

A Enron reconhece que o "Brasil é o maior mercado em termos de energia entre os países em desenvolvimento. É onde todo mundo gostaria de estar." (*Folha SP*, 2/12). Sem dúvida, de um lado as privatizações colocam sob o poder da Enron uma rede formidável de distribuição de gás. Se vencer o leilão da Comgás, certamente terá um alcance monopolista mais potente.

Com isso, o capital imperialista

explora as potencialidades do país, em muitas partes já esgotadas ou muito limitadas, como no caso das próprias metrópoles. Uma das características do imperialismo é conquistar ramos-chaves da produção e controlar as fontes de matéria-prima e de energia nos países capitalistas atrasados (semicoloniais). A revelação do superintendente da Enron, Diomedes Christodoulos, de que o "Brasil é onde todo mundo gostaria de estar" expõe com clareza a disputa dos capitalistas imperialistas pelos ramos de energia. O monopólio estatal foi e está sendo desbaratado pela burguesia brasileira em favor dos abutres internacionais. Podemos ver que a campanha contra o estatismo é pró-imperialista.

Eis por que o POR combate sem trégua e sem disfarce a desestatização, levanta a bandeira de estatismo sob o controle dos trabalhadores, com o objetivo de resistir à invasão imperialista nas nações oprimidas. As bandeiras antiimperialistas fazem parte do programa da revolução e ditadura proletárias.

A derrota da burguesia brasileira para o proletariado é a condição para a conquista da real soberania nacional. Mas para enfrentá-la é decisivo o avanço do movimento social contra o domínio do imperialismo sobre o Brasil e demais nações oprimidas. A tática da Frente Única Antiimperialista permite unir a maioria explorada em torno do proletariado.

Imperialismo e as fontes de matérias-primas

Transcrevemos uma passagem do livro de Lênin "Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo"

"A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação das associações monopolistas dos grandes capitalistas. Ditos monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem em suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que empenho os grupos internacionais de capitalistas se esforçam por retirar do adversário toda possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm mineral de ferro, reservas de petróleo etc. A possessão de colônias é o que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com os adversários, ainda quando estes procurem se defender mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais árdua é a competição e a procura de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias."

(Extraído do capítulo VI, "A repartição do mundo entre as grandes potências")

RN - Comemoração dos 81 anos da Revolução Russa

Reproduzimos abaixo convite para atividade referente à Revolução Russa

CONVITE

Em 1917, aconteceu uma revolução proletária vitoriosa que abalou a história da humanidade. A revolução foi um marco na história da humanidade porque expropriou a burguesia do seu poder econômico, conduziu a classe oprimida e trabalhadora ao poder político daquele país.

Passados 81 anos, vemos um pro-

cesso de restauração capitalista, fruto da derrota da revolução mundial e da política estalinista, que se aliou às posições pró-imperialistas para desenvolver uma contra-revolução na Rússia e em todos os países do Leste europeu.

Para nós do Partido Operário Revolucionário, esta revolução continua viva, porque resgata a discussão da construção do partido mundial da revolução proletária e seus princípios como: programa, classes sociais, caráter do Estado etc.

Convidamos todos os companheiros, sejam independentes, ou que militam em correntes políticas a discutir conosco estas questões.

Data: 28/11/98 (Sábado)

Hora: 15:00 horas

Local: CUT/RN - Av. Rio Braitco, 542, Centro (POR) - PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

O PT e a CUT, cabos eleitorais de Mário Covas

A reeleição de Mario Covas ao governo de Estado de São Paulo, contou com dois importantes aliados: O Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Logo após o fim da apuração do primeiro turno, o PT mobilizou-se rapidamente para fechar sua aliança com o PSDB em São Paulo.

Com a participação massiva de representantes tanto do PT quanto da CUT, foi acertado "pontos de concordância" entre os dois partidos. Sob o pretexto da luta antimalufista, a burocracia sindical cutista (que se confunde com o partido, já que levam exatamente a mesma política) na verdade falseou qual é o real projeto de Covas / FHC / Banco Mundial, iludindo os trabalhadores que, entre os dois candidatos, Maluf é que representaria um retrocesso.

Ilude os trabalhadores quando não diz claramente qual é o projeto de Covas para a saúde, educação, habitação, enfim, quando esconde os ataques que o governo Covas desferiu sobre a classe trabalhadora de São Paulo nos últimos quatro anos.

Pior do que isso, o PT e a CUT se aliaram a Covas barganhando "espaços" em seu governo.

O presidente da CUT/Estadual, José Lopes Feijó declarou que o "apoio dos sindicalistas a Mario Covas deve-se sobretudo pelo seu papel na luta pela democracia, e ao preservar a democracia, preserva-se também o direito de organização, que é benéfico aos trabalhadores". Vê-se claramente a degenerescência política na fala do dirigente

sindical que vê possibilidade de democracia na organização dos trabalhadores, por meio da democracia burguesa e de um governo que representa o neoliberalismo no Estado.

Esse desvio político da burocracia cutista continua através da fala do presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Luis Marinho, que salienta o passado pró-ditadura de Maluf e tenta fazer um contra-peso, com relação a Covas. Segundo Marinho "nós votaremos em Mario Covas e pediremos aos eleitores que façam o mesmo, para que a gente evite o caos e a eleição do nefasto para São Paulo. Estamos chamando atenção dos companheiros para votar em Mario Covas, número 45". Devemos lembrar a Marinho que o próprio Maluf reclamou de que Covas esteve com ele em seu escritório para discutir apoio político.

Com certeza, a atuação política de Maluf é nefasta, mas não foi menos nefasta a atuação de Covas no seu mandato de governador. Houve o aumento do desemprego, ataques violentos a saúde, educação, habitação, previdência e o aumento da repressão (como única forma de conter a ação instintiva das massas de lutar por seus direitos, com o que o governo estadual contou com a ajuda das direções sindicais).

Marinho vai mais adiante. Segundo ele, o próximo governador deve "defender um Estado que atraia investimentos, mas com distribuição de renda, com ampliação de emprego e, não com base na guerra fiscal, gerando mais problemas sociais do que os já existentes".

São palavras ao vento do dirigente cutista, uma vez que o projeto de conjunto do governo é de ataque explícito ao emprego. E esse projeto está em prática em São Paulo e no governo Covas. O recém lançado pacote do FHC é outra prova de que, frente a crise mundial do capitalismo, mais uma vez as massas é que serão as prejudicadas. O governo FHC/Covas é pró-imperialista, portanto nunca irá defender o emprego. Esse apoio do PT e CUT a Covas significa o apoio ao desemprego.

Lula também declarou-se pelo voto a Covas e defendeu, inclusive, a participação no governo paulista (a exemplo do governo Itamar em MG). Defendeu também uma frente de oposição para enfrentar os "conservadores" que governam o Brasil. É preciso fazer um destaque que a oposição de que fala Lula é a oposição burguesa (os partidos que compuseram com o

PT nas eleições, setores do PMDB, e quem mais puder vir), portanto nada tem a ver com a luta dos explorados. Isso caracteriza a política do PT, como uma política de "conciliação" com a burguesia. O que ele chama de "esquerda moderna que o Brasil precisa" é historicamente conhecida como a política reformista do estado burguês, conciliadora e traidora dos trabalhadores. Isso fica claro quando Lula joga peso no nome de Covas caracterizando-o como, ainda que do PSDB, uma pessoa possível de "diálogo", que poderá ter um governo voltado para o social e preocupado com a política nacional.

Essa caracterização se compara a prática política de Covas durante seu governo, nos serve de comprovação de como o PT está degenerado e integrado à estrutura partidária apodrecida da burguesia. Mas o fisiologismo partidário, típico dos partidos burgueses, não pára por aí. Lula lembra que Covas sabe que sua eleição deveu-se "à clareza com que as principais lideranças do PT pediram voto para ele". Portanto barganhou com o PSDB trocas e favores políticos, restando-nos esperar como será paga a "dívida" de Covas com o PT.

Os principais dirigentes do partido e da CUT assinaram um manifesto conjunto de apoio a Covas, demonstrando que o PT que diz sim, diz sim para a burguesia.

Portanto nos colocamos radicalmente contra essa política que faz a propaganda antirevolucionária, desviando a atenção das massas para que não percebam qual é o seu papel histórico na construção da Revolução Socialista e, por conseguinte, a aniquilação da burguesia e seus representantes.

Defendemos a luta de conjunto de todos os explorados, no sentido da construção do partido revolucionário, que poderá dar respostas ao capitalismo, que poderá levar as massas a sua emancipação de classe, que poderá destruir o capitalismo através do levante armado e rechaçamos de conjunto também qualquer política que possa desviar as massas desse caminho. Lutamos pela construção da unidade proletária e camponesa como única respostas ao capitalismo.

Por isso denunciaremos essas alianças do PT com a burguesia e lutamos no sentido de elevar a consciência dos trabalhadores para que possam vencer a política traidora das burocracias sindicais.

Nacional



Vigário Geral: Assassinos Absolvidos

O Estado foi criado para proteger e apoiar a classe dominante, no caso do Estado capitalista, a burguesia.

Para concretizar seu poder ela utiliza esse Estado para reprimir as outras classes.

Assim, as instituições criadas por esse Estado, ao invés de “garantir a paz, a ordem e a justiça”, na realidade servem para colocar o conjunto da sociedade sob o tacão da burguesia.

O julgamento dos policiais que chacinaram 21 moradores em Vigário Geral nos mostrou, de uma forma dura e crua, para que servem a “Justiça” e a “Polícia”.

A justiça que é apresentada como imparcial, na verdade acoberta os crimes praticados em benefício da burguesia.

Já a polícia, que é apresentada como instrumento de preservação da “Lei” e “Ordem”, quando não pode reprimir abertamente, forma bandos, que se utilizam de todos os métodos para seguir as ordens da burguesia. Desde arrancar o nome (tarja) de seus uniformes para poderem assim reprimir os movimentos sem medo de punição, até a formação de grupos de extermínio como em Vigário Geral.

Corumbiara, Carajás, Carandiru e Vigário Geral são apenas os exemplos mais visíveis de uma prática de chacina diária constante que acontece aos nossos olhos.

A miséria imposta pela burguesia cria os pedintes, os ladrões, a prostituição. E para atacar a situação a burguesia cria os grupos de extermínio.

É uma charlatanice confiar na Justiça burguesa para castigar os culpados. Em último caso, só alguns executores levam alguma repreensão, nada de punição real (como na favela Naval em Diadema). Enquanto isto, os que planejam e os que financiam essas ações ficam ilesos.

Somente os Tribunais Populares, organizações das massas, onde seus representantes são escolhidos nas assembleias dos movimentos, com poderes de legislar e executar é que poderão pôr um fim a estas chacinas e castigar os verdadeiros culpados.

Nacional

Obras Completas de G. Lora

Sintetizam a luta e trajetória do POR boliviano em defesa de seu programa. Disponível até o volume 35. Publicamos abaixo resumo de alguns volumes.

Volume IX (1959)

Neste tomo foram transcritos uma série de folhetos importantes para a penetração do partido nas massas:

a) “Sobre a Revolução Permanente” mostra como o conceito da revolução permanente vem desde Marx e Engels. Ele foi utilizado por Lenin e sistematizado por Trotsky em sua análise da Revolução Russa. Descreve também como os conceitos da revolução permanente foram colocados nos documentos básicos da III Internacional, como o estalinismo os degenerou e como se dá a revolução permanente na Bolívia.

b) “O Que é o Trotskismo?” comenta os documentos básicos do trotskismo, a história da oposição de esquerda e a campanha antitrotskista.

c) “Notas Sobre a Revolução Permanente” (Comentários a Algumas Críticas) Comentam as críticas de Bukarin, Zinoviev, Preobazhensky sobre a teoria da revolução permanente

d) “Controle Operário” comenta a questão do controle operário e da dualidade de poder, buscando analisar o caso do MNR na administração das minas em que um dirigente eleito controla individualmente e separado da base, ao que as Teses de Pulacayo respondem com o controle coletivo da produção através dos comitês.

e) “Porque Combater o MNR” que mostra a crítica revolucionária ao nacionalismo, mostrando que este não

é o partido da classe operária

f) “Sindicatos e Revolução” mostra como surgiram os sindicatos, diferenças entre sindicatos e partido, os sindicatos na Bolívia, o papel dirigente do proletariado e comenta a diferença entre a política do POR e do MNR para os sindicatos.

Também neste tomo encontramos “A História de ‘Masas’” transcrito do jornal Masas nº 100

Volume X (1960)

Neste tomo se analisa o processo de ruptura do MNR, afirmando que as frações à esquerda não se diferenciavam das da direita com respeito a linha política implantada pelo nacionalismo, ambas opostas à do operários.

Neste contexto, o POR, no seu XVI Congresso, se utiliza de uma nova tática eleitoral, dada a mudança de conjuntura. Esta discussão é importante para demonstrar em que condições e como o Partido intervém nas eleições com candidaturas. Assim, com exceção de Potosi, onde teve candidato, o POR pregou o voto em branco.

No tomo também tece uma série de críticas ao recém governo eleito da esquerda do MNR, de Paz-Lechin, e demonstra como a linha de Siles não é modificada.

Ainda temos dois textos importantes: um sobre Rosa Luxemburgo e outro sobre José Aguirre, o grande fundador do POR.

Volume XI (1961)

Neste tomo é mostrada a posição do nacionalismo de esquerda com relação a desnacionalização das minas, que levam a uma maior aproximação/submissão com o imperialismo, impondo até o Estado de Sítio contra as mobilizações.

Encontramos transcritas duas importantes obras de Lora:

a) “Uma Visão Panorâmica dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista” com um resumo de suas principais teses.

b) “Apontamentos Sobre Organização” também conhecido como “O Partido e sua Organização”, obra que traz as principais conquistas teóricas dos trotskistas bolivianos sobre questões como: relação partido/programa, papel da crítica e autocrítica, organização celular, jornal como organizador coletivo, direção como síntese do partido



Metalúrgicos encerram campanha salarial com perdas

As campanhas salariais metalúrgicas deste ano tiveram um fato notável: ao invés dos trabalhadores pressionarem os patrões por reajustes e direitos sociais, foram os patrões que pressionaram os trabalhadores para arrancar-lhes conquistas.

Em São Paulo, a Força Sindical apresentou-se em fechar um acordo com reajustes miseráveis ao redor dos 2%, concedidos em contrapartida à redução de direitos conquistados ao longo dos últimos 20 anos, como adicional de horas-extras etc. Ao final das contas, os salários não vão subir, e sim cair. Os patrões estão comemorando o fato de que, pela primeira vez numa campanha salarial, sairão das negociações reduzindo nominalmente seus custos com salários. Está aí o re-

sultado do sindicalismo de resultados. E o pior: não há qualquer garantia de emprego para as centenas de milhares de trabalhadores ameaçados pela redução da produção.

As direções cutistas não ficaram muito distante: primeiro apresentaram a proposta de adiar as negociações para o ano que vem. Depois, negaram-se a aceitar a redução de direitos como o corte do 13º salário, proposto pela Volks. Mas negociam com as empresas como se dará a redução dos direitos trabalhistas em troca de uma migalha de reajuste.

O corre-corre da Força Sindical em fechar o acordo se deu pela grande insatisfação presente entre os metalúrgicos de São Paulo. Havia uma ameaça iminente de greve no setor. O acordo era uma necessidade: apresentar aos operários a migalha dos 2%, e esfriar suas cabeças até que percebam o peso da redução dos direitos sociais.

Os pelegos de todo naipe apresentam as tendências recessivas e ameaça de desemprego como pretextos para não mobilizar. Não mobilizando, os patrões sentem-se à vontade para

pressionar pela redução de direitos. Após conseguirem passar a rasteira nos cabeçudos burocratas sindicais, retomam a ofensiva de demissões. O que farão os tontos Paulinho e Marinho diante de tudo isso? Certamente se mostrarão indignados e apresentarão seus empenhos contra o desemprego: seus cursos de formação profissional, seus projetos apresentados ao parlamento, seus conchavos com setores da patronal e com os governadores apelidados de "progressistas" etc.

Os trabalhadores estão dispostos a lutar por seus empregos e salários. As recentes greves com ocupações e enfrentamentos nos portuários e estivadores apontam nessa direção. Têm de romper o bloqueio imposto pelas direções acomodadas e vendidas e unificar a luta de empregados e desempregados para enfrentar a ofensiva de fome e desemprego imposta pelo governo e capitalistas em benefício do parasitismo.

Cabe rechaçar a perda de direitos, defender firmemente as reivindicações e organizar a luta grevista.

Movimento Operário



RO: Curso de Formação:

O Estado e a Revolução

Trata-se de uma das mais importantes obras escritas por Lenin, que nos possibilita compreender os processos pelos quais o Estado historicamente tem passado até chegar ao definhamento, seu papel de protetor da propriedade privada dos meios de produção e, como tal, de fomentador da opressão das minorias que se apropriam das riquezas da sociedade, explorando a força de trabalho através da extração da mais-valia dos trabalhadores.

Discute também, dentre outras questões de fundamental importância, o papel do proletariado enquanto classe revolucionária, esclarecendo quanto a necessidade da revolução social, possível de pôr fim definitivamente ao sistema de opressão de uma classe sobre outra, construindo a sociedade socialista, que será fortalecida por intermédio do internacionalismo proletário, além de outros aspectos das teses revolucionárias defendidas por Lenin.

Para aprofundarmos estas questões, estamos lhes convidando para participar dos nossos cursos de formação política, que acontecem por intermédio de várias modalidades: seminários, debates etc. Nesta oportunidade começaremos a discutir acerca da obra acima citada através da discussão dos seis capítulos que a compõem, estabelecendo sistematicamente, um capítulo para cada encontro. Neste Domingo dia 22/11/1998 às 16 horas, no SINTERO, atrás da Escola Carmela Dutra, estaremos realizando o 1º encontro para discutirmos acerca do 1º capítulo.

Reproduzimos abaixo capa do jornal Masas, do POR boliviano. Alerta para a necessidade da luta pela revolução proletária (governo operário e camponês).

EL GOBIERNO Y LOS POLITIQUEROS
SE DESHACEN EN MEDIO DE LA
PODREDUMBRE.
NADIE CREE EN EL PARLAMENTO,
EN LOS TRIBUNALES DE
"JUSTICIA", EN LOS GOBERNANTES
VENDEPATRIAS, EN LOS
POLITIQUEROS RATEROS.

TODOS SE PONEN EN PIE PARA
RECHAZAR LAS PRIVATIZACIONES
DE LAS MINAS, DE LOS SERVICIOS
PUBLICOS.

LAS MASAS ENFURECIDAS SE
ENCAMINAN HACIA LA
REVOLUCION Y DICTADURA
PROLETARIAS
(GOBIERNO OBRERO-CAMPESINO)

¡VIVA EL COMUNISMO!

MASAS

1643

20 de 1998

Preço: Bs 1

Sección boliviana del CERCJ

P.O.R.

Organismo central del partido obrero revolucionario sección del comité de enlace por la reconstrucción de la IV I.

X Coneb da UNE mostrou desagregação da direção estalinista



O X Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE (Coneb) foi marcado no último Congresso Nacional da UNE para decidir sobre a questão da implantação dos chamados "filtros" aplicados à eleição de delegados aos congressos nacionais da entidade. Até então, os delegados eram eleitos pelos alunos diretamente nas faculdades; a partir dos "filtros", as delegações seriam bem menores e eleitas em congressos estaduais. Essa decisão gerou grande polêmica e confronto no último Conune, e o Coneb, que não era convocado há 7 anos, foi utilizado como uma espécie de válvula de escape. No fundo, a direção estalinista da UNE pensava em esvaziá-lo e talvez nem mesmo realizá-lo, tornando os filtros em fato consumado para 1999.

Mas a ofensiva governamental contra a educação e a greve nacional dos professores das universidades federais impôs a realização do Coneb. Isso porque dezenas de universidades e faculdades escolheram representantes e colocaram a direção da UNE numa situação difícil para o seu cancelamento. Mas o grande número de estados que sequer abriu inscrição de delegados no Coneb mostra que a direção não se empenhou na realização do Coneb.

A composição das delegações comprova o dito acima: a maioria dos delegados participava de um congresso da UNE pela primeira vez. Isso mostra que estavam ali impulsionados pela situação vivida ao longo deste ano, de ter de enfrentar a ofensiva governamental de cortes de verbas e privatização e se bater com uma direção da UNE burocratizada, em grande medida contaminada pelas idéias governistas e tendo atuado abertamente na sabotagem de muitas mobilizações estudantis que apoiavam a greve dos professores das federais.

Em contradição com o colocado acima está a forma de eleição dos delegados, que na maioria foram indicados pelos centros acadêmicos sem debate com os alunos sobre os problemas a serem respondidos neste Coneb. Isso indica que as posições votadas pelo Coneb não refletem discussões e entendimento dos estudantes nas salas de aula. E essa forma também se constitui em filtro, na medida que, sem haver discussão aberta e eleição do delegado pelos alunos,

torna-se condição para ser delegado ao Coneb a participação na diretoria de um centro acadêmico.

Se inicialmente o centro do debate do Coneb seriam os filtros ao Conune, a conjuntura impôs que a discussão se voltasse para o balanço da direção e a forma de combater a ofensiva governamental contra a educação. Assim, todas as correntes foram obrigadas a se referir a esses temas e todos os debates giraram ao redor deles.

A direção estalinista compareceu enfraquecida. Como sempre, trouxe uma delegação despolitizada e procurou mantê-la longe dos debates. Grande parte só chegou de sábado para domingo, a fim de votar e retornar de seu passeio. Os grupos de discussão foram sabotados pela UJS, que os atrasava em várias horas, (no sábado, os grupos forma iniciados às 15h30min, com seis horas de atraso) boicotava a participação de suas bases (chamando-as para chopadas, festas, passeios etc.) e apresentando pretextos para seu encerramento no menor tempo possível. Enviava aos grupos apenas alguns quadros para rebater as críticas da oposição.

Suas teses foram elaboradas com o claro propósito de serem palatáveis aos setores mais direitistas, que ameaçavam romper para formar uma entidade paralela vinculada ao MEC (Conselho Nacional de Estudantes). Assim, até mesmo pontos da reforma educacional governista foram defendidos e aprovados (como a seleção ao nível superior com base nos históricos escolares, por exemplo). Não se coloca pelo combate ao pacote ou ao plano do governo, nem se contrapõe intransigentemente ao corte de verbas. Aponta para uma ampla frente opositora que "mude os rumos" da política do atual governo.

As teses da Articulação/PT não diferem muito das do PCdoB. Em certos aspectos, estão até mais à direita (defesa do ensino privado e da ampliação do Creduc). O que chamou a atenção em relação a essa corrente foi uma delegação reduzida e politicamente frágil, sinal de que está num processo de desagregação em nível nacional. Esse processo é parte da direitização e aburguesamento do PT, que vai perdendo vínculos com a militância de base e se organizando de modo semelhante aos partidos burgueses.

O chamado bloco de esquerda foi construído com base no descontentamento em relação à direção da UNE. Mas desde o início se apresentou como um bloco sem base política diferenciada em relação à UJS. Corretamente, O Trabalho e o PCB o caracterizaram de bloco oportunista, porque unia todo tipo de posicionamento político sem base comum. O problema era a conclusão que ambos tiravam: O Trabalho apresentou uma proposta de unidade ainda mais ampla, pelo seu "comando nacional unificado", inclusive com o PCdoB. Como essa proposta de comando também não se assentava numa posição política de combate independente ao pacote e corte de verbas, também se constituía numa proposta oportunista. O PCB foi ainda mais longe: criticava duramente a direção da UNE, apontava a necessidade da luta ideológica junto aos estudantes para mudar a atual direção, mas apresentava esse problema como um pretexto para manter-se alinhado à UJS.

O PSTU foi o maior defensor do bloco de esquerda. Apresentou uma tese claramente adaptada ao frentismo oportunista: em relação às suas posições anteriores, recuou a fim de atrair outras correntes. O exemplo mais grave foi a renúncia à defesa da estatização de todo o ensino privado, substituindo essa bandeira pela estatização das faculdades que punirem os estudantes inadimplentes e fim dos subsídios às faculdades privadas.

Não será por meio de

um bloco artificial de congresso (superestrutural) que se mudará a UNE. É preciso partir de um programa oposto ao da UJS, defendido e baseado nas mobilizações estudantis por suas reivindicações. Serão os estudantes que perceberão na sua luta diária que é necessário mudar a UNE. Tal programa é o que expressa politicamente as reivindicações estudantis e baseia-se na ação direta, refletindo a luta de classes no interior da universidade e projetando as mobilizações da comunidade universitária para a popula-

ção explorada.

A plenária final evidenciou inicialmente a identidade política entre PT/Articulação e PCdoB, que aprovaram juntos as resoluções de conjuntura. Na questão dos filtros, a Articulação se cindiu e abriu caminho para a derrota da UJS, por menos de 40 votos. Depois de várias manobras e recontagens, a UJS esvaziou o Coneb e o inviabilizou, deixando sem resolução uma série de propostas, inclusive o plano de lutas. Foi a primeira derrota importante da UJS em plenário de congresso desde 1989.

A derrota dos filtros ainda não é definitiva. Os congressos estaduais podem reestabelecer a eleição indire-

ta de delegados. É preciso fazer uma campanha de defesa de um Congresso da UNE massivo, com delegados eleitos nas bases. A eleição de delegados para os dois congressos em assembleias é um instrumento de pressão política contra o burocratismo. A mobilização do primeiro semestre de 1999 certamente colocará os estudantes em choque com a direção estalinista decadente. Se isso ocorrer, a tendência é a de sua derrota no Congresso. Mas isso não mudará de verdade a UNE se não se estruturar uma direção alternativa baseada num programa oposto à conciliação de classes, essência das posições estalinistas e reformistas.

Denúncia

Comitê contra a Opressão Política e Social da PUC prossegue trabalho

Abaixo reproduzimos alguns trechos de seu boletim:

Conflito agrário continua a matar sem-terra

Jagunços de fazendeiros mataram dois sem-terra no Paraná. Os camponeses do assentamento Pedra Branca haviam denunciado as ameaças do fazendeiro Antônio Martins, mas a polícia só serve para proteger os proprietários. Na madrugada do dia 27/11, os jagunços invadiram o acampamento e mataram o adolescente José Rodrigues. No mesmo dia, em Querência do Norte, dez jagunços encapuzados atacaram os ocupantes da fazenda São Francisco, matando Sétimo Garibaldi, de 51

anos. Está evidente que os latifundiários decidiram resolver a luta pela terra pelas armas. O Comitê Contra a Opressão Social e Política denuncia o fato e chama o movimento universitário a se unir aos explorados do campo em defesa das transformações agrárias sob o controle dos trabalhadores. Chega de assassinatos no campo! Expropriação de todo latifúndio sem indenização e entrega das terras a quem nelas trabalha.

Denúncia

Responsabilizar o governo do Estado

Dois advogados do Centro de Direitos Humanos de Araçatuba, Edna e Donizete Flor, receberam em julho de 98 ameaças de morte e uma bomba foi explodida junto à residência de ambos. Nova bomba foi lançada em 9 de outubro e novas ameaças têm sido feitas. Há soldados da polícia militar envolvidos no caso.

Esta denúncia está sendo feita pela Apropuc/SP ao governador Mário Covas, para que este

se responsabilize pelas ameaças envolvendo policiais. Exige-se investigação e punição dos criminosos.

O COMITÊ CONTRA A OPRESSÃO SOCIAL E POLÍTICA se solidariza com os advogados do Centro de Direitos Humanos e chama os estudantes a realizarem também a campanha de denúncia.

Governo corta verbas para assentamento agrário

O MST está fazendo uma campanha contra o corte de verbas do governo destinadas aos assentamentos e financiamento. Tal medida, no entanto, não é um fato isolado. É parte do pacote negociado com o FMI para proteger os credores e especuladores internacionais. O Comitê está de acordo em fazer a campanha contra os cortes, mas defende que esta sirva para unir todo movimento social

para pôr abaixo integralmente o Plano de fome e miséria de FHC/FMI. O caminho não será reivindicar que o Banco Mundial corte verbas para o banco da terra, do governo, uma vez que se trata de uma instituição do imperialismo. Trata-se sim de organizar um movimento contra os cortes em geral e contra o Pacote.



O aparelhismo do PSTU e PT no DCE da UFRN

Em novembro de 1997 houve uma eleição para o DCE da UFRN. A chapa "Amar é mudar as coisas", do PT e PSTU, se proclamou eleita. Imediatamente, os CAs se reuniram e não aceitaram o resultado das eleições, alegando fraudes, e consideraram as eleições anuladas, o que levaria à convocação de nova votação.

Mas a chapa entrou na justiça burguesa e, por meio de uma liminar, assumiu a direção do DCE sem o referendo dos estudantes, nem da maioria dos CAs. Até hoje, essa gestão sequer convocou uma assembleia dos estudantes que aprovasse a sua atitude de assumir a direção do DCE. Nem mesmo na época da greve das universidades o DCE convocou assembleia para apoiá-la, inclusive o seu presidente chegou a furar a greve, como denuncia o jornal da oposição ao DCE.

Essa política é parte da linha reformista predominante nos sindicatos e na CUT, dirigida por uma burocracia, e que é aplicada também no movimento estudantil. Essa mesma política de conciliação com as reformas dos governos ocorre na universidade, leva essas direções à cumplicidade na reforma e privatização do ensino.

Os estudantes, principalmente os que estão se organizando na oposição, precisam se colocar pelo combate às reformas educacionais do governo, defender a universidade pública e gratuita para todos, levantando o movimento estudantil. Isso permitirá aos alunos tomarem para si a defesa de sua organização geral (DCE), no momento burocratizada, a fim de poderem utilizá-la como instrumento para a luta em defesa das reivindicações.

A Corrente Proletária na Educação, que também se organiza entre os estudantes, convoca estudantes de base e oposição à diretoria do DCE a discutir o programa e a atuar nesse sentido.

- Abaixo o pacote FHC/FMI! Nenhum corte de verbas à educação e saúde!

- Luta nacional e independente pela derrubada do pacote e plano FHC/FMI!

- Abaixo a LDB privatista. Nada de apoiar o PNE. Abaixo o Provão. Não às avaliações, instrumentos de destruição do ensino, demissões e arrocho salarial. Congelamento das reformas curriculares. Mais verbas para a universidade.

- Defesa da assistência estudantil:

moradia para todos os que necessitam. Controle das vagas pelos moradores, por meio da soberania das assembleias. Construção de mais moradias estudantis. Desocupação dos prédios destinados à moradia e sua entrega aos estudantes. Fora com os aumentos abusivos e a privatização dos bandeijões. Refeição 100% subsidiada.

- Fim das parcerias com empresas privadas. A universidade deve ser sustentada exclusivamente pelo Estado.

- Livre acesso ao campus. Fora a PM da universidade.

- Educação para todos: fim do ensino privado, estatização das particulares sob controle da comunidade, fim dos vestibulares, livre acesso a todos.

- Pelo ensino público, gratuito, laico, único, vinculado à produção social.

- Abaixo a burocracia universitária. Pela autonomia universitária, baseada na assembleia universitária. Governo tripartite. Eleição de todos os cargos com revogabilidade de mandato. Soberania da assembleia.

- Universidade ao lado dos explorados contra os exploradores e seus governos.

- Nenhuma ingerência externa dos governos ou dos capitalistas sobre a universidade. Fim das "parcerias". Universidade sustentada exclusivamente pelo Estado.

Pelas reivindicações das massas:

- Salário Mínimo Real (hoje em torno de 1800 reais), reposição de todas as perdas e escala móvel de salários.

- Fim do desemprego: estabilidade no emprego para todos, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, divisão do trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar (escala móvel das horas de trabalho).

- Terra para quem nela mora e trabalha (aos sem-teto e sem-terra). Fim do latifúndio. Em defesa das ocupações de terra. Pela autodefesa. Fim das perseguições às lideranças. Pela aliança operário-camponesa.

- Fim das privatizações. Reestatização das já estatizadas, sob controle operário.

- Abaixo os impostos sobre os assalariados. Que somente os capitalistas paguem imposto. Fim dos subsídios aos bancos. Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores.

- Não pagamento da dívida externa. Rompimento com o imperialismo.

Fora com a Alca e o Mercosul.

- Fim dos segredos comerciais de todas as empresas. Abertura de todos os livros contábeis. Controle operário da produção.

- Abaixo a reforma da previdência. Pela aposentadoria por tempo de serviço.

- Abaixo o sucateamento da saúde. Mais verbas para a saúde pública. Estatização da rede privada, sob controle dos trabalhadores.

- Abaixo a reforma privatista e destruidora da educação. Mais verbas para a educação. Fim do ensino privado. Fim dos vestibulares. Livre acesso para todos. Estatização das rede particular sob controle da comunidade.

- Abaixo o plano antinacional e antipopular de FHC. Organizar a luta nacional e unitária de massa para combater o plano e o governo. Greve Geral por tempo indeterminado.

- Solidariedade internacional: apoio aos países oprimidos pelo imperialismo. Fora o imperialismo do Oriente Médio, do Leste Europeu e da África. Pelo direito à autodeterminação. Que as nacionalidades possam decidir seus destinos sem a ingerência da ONU, marionete americana.

- Em defesa das conquistas dos países em que ocorreu a revolução. Apoio a Cuba, fim do cerco imperialista.

- Pela revolução proletária nos países capitalistas, pela revolução política nos países em vias de restauração capitalista, pela revolução mundial socialista, única via para evitar a barbárie imposta pela degeneração do capitalismo.

Movimento Estudantil

- Construir novas direções para o movimento estudantil, baseadas

Educação



no programa revolucionário, no método da ação direta, defensoras da democracia estudantil, da independência política (de classe) diante da burocracia, dos governos, dos partidos e organizações capitalistas.

- Trabalhar pela unidade das lutas que têm ocorrido. Construir comitês de mobilização, em que os estudantes de base

possam quebrar o bloqueio imposto pelas direções.

- Escolher as direções para o movimento de acordo com o programa. Fim da separação entre discussão política e eleição da direção. Que um Congresso do DCE passe a eleger a direção, comprometida com as resoluções aprovadas. Proporcionalidade sem restrições na composição das direções.

- Contra o carreirismo e a submis-

são. Eleição prévia dos candidatos aos colegiados nas instâncias do movimento. Soberania das instâncias do movimento estudantil.

- Por uma nova direção para a UNE. Fim dos acordos ao redor das carteirinhas. Meia entrada e passe para todos os estudantes. Independência política, organizativa e econômica das entidades estudantis.

Escola discute Congresso da CNTE

A Corrente Proletária na Educação realizou discussão na escola Estadual de Mossoró (RN) sobre o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Nos dias 13 a 17 de janeiro de 1999, em Goiás, vai ocorrer o 27º Congresso do CNTE. A importância desta organização sindical está no seu potencial para unificar nacionalmente a luta dos trabalhadores em educação contra o programa neoliberal do governo FHC.

O fato da direção do SINTE estadual (PT, PCdoB), por meio da manipulação e do "voto de cabresto", ter ganho várias votações no Congresso local não pode servir como desmobilizador para o Congresso Nacional da CNTE. Pelo contrário, devemos dobrar as forças e combater aos que propagandeam no nosso sindicato as idéias dos patrões e governo. O Congresso da CNTE deve ser marcado pela luta incessante das idéias revolucionárias. A determinação e persistência na luta permitirá

que alcancemos a vitória, pois quando os trabalhadores em educação se colocarem amplamente em movimento por suas reivindicações, entrarão em choque contra a burocracia que controla seus organismos sindicais e se colocarão por novas direções, baseadas no programa revolucionário, que é o que expressa suas tendências de luta.

Como participar?

Todo trabalhador da educação filiado ao SINTE pode ser delegado. Estes devem ser escolhidos democraticamente numa assembléia da classe. A votação nos delegados deve ter como base a defesa de propostas políticas.

Devemos evitar a escolha de delegados como ocorreu no SINTE. A direção do SINTE-Moss indicou os delegados pelo critério da amizade ou concordância política com suas idéias. Assim, contribuiu na despolitização e esvaziamento do Congresso, como também para a derrota de

propostas políticas do interesse dos educadores.

Exemplo da burocratização e manipulação: basta lembrar que o ônibus da delegação mossorense de 160 pessoas voltou ao alojamento após a votação final com 12 pessoas. Outro exemplo: derrota da proposta de retenção de 80% da arrecadação das regionais para as mesmas, mostrando o apego da direção à centralização dos recursos, para utilização à revelia dos educadores.

A Corrente Proletária na Educação defendeu a escolha dos delegados com base na defesa do programa em assembléias democráticas da categoria. A escolha com base na amizade e indicação favorece a proliferação das idéias burguesas no nosso meio. Somente a conscientização política é capaz de favorecer a vitória das idéias revolucionárias - únicas capazes de derrotar as propostas neoliberais para a educação e em geral.

Reitor da UFRJ dá um golpe e fecha o Conselho Universitário

Há alguns meses, os estudantes da UFRJ ocuparam a reitoria para protestar contra a indicação do reitor Vilhena, 3º colocado na eleição feita pela comunidade universitária, e exigir a posse do candidato eleito. O governo FHC se manteve intransigente e manteve a nomeação.

Agora, esse mesmo reitor fechou o Conselho Universitário da UFRJ, alegando que o mesmo não se adequa à nova LDB, que impõe a representação mínima de 70% de professores na sua composição.

O Conselho Universitário é o organismo máximo de poder na Universidade. É por meio dele que a burocracia universitária governa, já que estudantes e funcionários são a ultraminoria e a eleição dos professores respeita a regra medieval da hierarquia de títulos. Mas nem mesmo esse organismo antidemocrático o aprendiz de ditador Vilhena pode aceitar. O fechamento do Conselho indica que esse marionete de FHC terá de atacar fundo a universidade, mexendo inclusive nos interesses da burocracia privilegiada.

A comunidade tem de reagir imediatamente, impondo a assembléia geral universitária (alunos, professores e funcionários), e exigindo a destituição de Vilhena e um governo tripartite. Os estudantes, professores e funcionários das outras universidades têm o dever de apoiar a luta da comunidade da UFRJ contra o golpe, que é dado para viabilizar a aplicação da reforma educativa privatista e destruidora do ensino de FHC.



Trabalhadores sem-terra usam métodos da ação direta ocupando a Fazenda Urupá

Cerca de 280 famílias sem-terra, perfazendo um total de aproximadamente 1500 pessoas, dentre elas várias crianças, ocuparam a fazenda Urupá, no Município do Mirante da Serra, como forma de pressionar o INCRA/Rondônia para a entrega de documento de assentamento para estas famílias, tal corno orientaram os líderes do movimento. Esses trabalhadores, que vêm passando fome junto às suas famílias, há aproximadamente um ano e meio, ocuparam a fazenda Urupá.

Segundo a imprensa local, os trabalhadores sem-terra "abateram algumas cabeças de gado e passam a manter em seu poder um burro e um cavalo e impediram os empregados da fazenda de ligarem um trator para trabalharem". Se a imprensa burguesa está sendo fiel ao fato, não há nada nesta atitude para saciar a fome que não possa ser racionalmente compreendida, sobretudo por aqueles que entendem o que significa a dor da fome, sofrimentos e humilhações em que vivem os trabalhadores de hoje. Só a disposição para ação direta, poder educar as massas scdiidas a perceberem a necessidade histórica emergente de desapropriar a burguesia como tarefa de construção da revolução socialista.

A imprensa burguesa já começa a defender o latifundiário "Ricardo da Cunha", como vítima, enfatizando o nome do líder do Movimento dos Sem-Terra local: Nilson Reis como o responsável pelo armamento dos camponeses, enfatizando que ele teria afirmado o seguinte: "vamos resistir à desocupação por acharmos que neste país a questão agrária não é tratada com seriedade por parte das autoridades".

Vejam só: sabemos que a violência reacionária é oficialmente consentida. Justamente por tal motivo os Sem-Terra precisam se armar como forma de auto-defenderem-se, e esta atitude precisa ser compreendida pelas massas, porque não existe outro caminho a não ser responder com a ação direta. A violência reacionária deve ser respondida com a violência revolucionária, que defende as maiorias, em detrimento da reacionária que atende aos interesses da minoria detentora dos meios de produção, que se mantém da extração da mais-valia (exploração da força do trabalho alheio).

O clima fica cada vez mais tenso quanto a radicalização dos Sem-Terra que asseguram estar preparados para enfrentar a polícia. No último dia 17/11, estiveram presentes no local membros da polícia federal, civil e militar dizendo se apresentarem desarmados numa pretensa "missão de paz",

para negociarem com os Sem-Terra. A imprensa burguesa como sempre, para fazer a defesa do latifundiário, entra em flagrante contradição, quando diz que os camponeses se encontram "fortemente armados com terçados e foices". Na verdade, para enfrentar a violência reacionária da burguesia latifundiária, que se arma com instrumentos bélicos, os camponeses precisam preparar-se com instrumentos do mesmo porte como forma de auto-defenderem-se e não confiar apenas nos próprios instrumentos de trabalho corriqueiros no cotidiano de todo camponês, quer seja adulto, adolescente ou criança - "terçados e foices".

Diante destas circunstâncias, o Partido Operário Revolucionário (POR), defende a urgente aliança operário-camponesa para fortalecer a luta em favor da construção da revolução social, que construirá a Sociedade Socialista, capaz de pôr fim aos agudos problemas sociais criados pelo atual sistema capitalista em decomposição: fome, miséria falta de assistência à saúde, educação, taxas de desemprego alarmantes, salários baixíssimos que sequer reproduzem a força de trabalho, com trabalhadores morrendo cedo de inanição etc.

São estes problemas que levam grandes contingentes humanos a buscar soluções emergentes para sobreviverem pelo uso da terra, buscando ocupar os mais variados latifúndios, a exemplo da Fazenda Urupá, pertencente a um rico industrial do Estado de Rondônia, que é dono de duas refinarias de café: a Urupá e a Comodoro.

Para defender a vida das massas ameaçadas pela barbárie social que se aprofunda, decorrente desta crise provocada pela superprodução de mercadorias, que vem agudizando a crise do sistema agonizante, se faz necessário a organização dos Tribunais Populares por todo país, para julgar e punir os crimes de classe e organização dos Co-

mitês Contra a Opressão Social e Política, junto a luta pela organização da Frente Única Antimperialista e Anticapitalista, para pôr fim ao plano antinacional e antipopular de FHC, como parte da luta em favor do estabelecimento da sociedade socialista.

A imprensa vem alertando as autoridades em defesa do latifundiário e industrial, que está para chegar ao latifúndio com novo rebanho de gado e alertam para o perigo de um novo massacre nos moldes do que ocorreu em Corumbiara, expressando-se da seguinte forma, segundo o pronunciamento de um dos funcionários: "O massacre que aconteceu em Corumbiara pode acontecer e nenhuma providência foi tomada com urgência, uma vez que os Sem-Terra não deixam realizar qualquer tipo de serviço dentro da área e o proprietário da fazenda estará chegando com novo rebanho para desembarcar na Urupá.

O comandante geral da Polícia Militar Abimael Araújo vem procurando acionar o Comando de Operação Especial (COE), o mesmo destacamento que agiu em Corumbiara.

Assim, é urgente a formação da Aliança Operário-camponesa, a criação dos Tribunais Populares, dos Comitês de Auto-defesa etc.

Nacional



Para onde vai a crise mundial?

Nos últimos dias, algumas notícias mostraram que o acordo Brasil/FMI está longe de conter as poderosas tendências recessivas presentes na economia mundial.

O Japão, pela primeira vez, registrou crescimento negativo de sua economia pelo 4º trimestre consecutivo. É um indicador poderoso das tendências recessivas na economia japonesa. Por mais que o governo japonês se empenhe em restaurar as finanças de seus bancos e injetar dinheiro na economia, as tendências recessivas se impõem. A incapacidade japonesa expressa as dificuldades para conter as quebras em todo o leste asiático. Pressionam ainda mais para baixo o valor de sua moeda e são elemento de

impulso à crise mundial.

A Bolsa de Nova Iorque teve uma queda violenta no último dia 3/12. As principais empresas estão prognosticando redução de seu crescimento e impossibilidade de bancar os ganhos atuais nas aplicações no mercado de valores. O governo reduziu novamente as taxas de juros, mas essa nova redução não teve resultado.

O comércio mundial registrou uma queda de cerca de 50% no seu crescimento. Isso indica que os mecanismos de busca de ampliação de mercado baseado na eliminação de barreiras alfandegárias dos países atrasados está em processo de esgotamento. E que os países imperialistas estão agindo no sentido de evitar a penetração de mercadorias estrangeiras competidoras de suas economias. Essa retração do comércio mundial tornará mais evidente a contradição entre o potencial produtivo e o mercado estrangulado, estimulando as tendências recessivas e o choque interimperialista.

Os organismos internacionais estão chamando a atenção para o fato de que a previsão para as economias de todos os chamados "países emergentes" estarão em retrocesso em 1999. Há países em que se coloca uma crise sem precedentes. A Venezuela aguarda os resultados das eleições presidenciais para aplicar um plano econômico de violência inédita. O Brasil já trabalha com previsões de recessão a 1,5% anual. A retração das economias dos países atrasados será mais um elemento de tensão negativa em relação ao comércio e produção mundiais. A cada dia, a economia norte-americana vai se tornando o último reduto de um crescimento produtivo que se esgota. A recessão mundial nas atuais condições pode ter consequências políticas e sociais imprevisíveis.

O avanço da crise capitalista vai comprovando mais uma vez a necessidade histórica da revolução socialista mundial, para contrapor-se às tendências à barbárie presentes na atual situação.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a tradução do texto de G. Lora, iniciada no Massas nº 160

6. Crítica e Autocrítica

A célula e os militantes devem informar por escrito a forma com que cumpriram as tarefas que lhes foram encomendadas. Esses informes (que são obrigatórios) servirão de base para o balanço que deve realizar-se indefectivelmente depois de cada atuação. O resultado dessa análise se fará conhecer à direção superior.

Este trabalho de controle coletivo sobre as atuações dos militantes e da célula é requisito indispensável para fazer possível sua constante superação e para assimilar criticamente todos os ensinamentos e assinalar com clareza os erros cometidos, a fim de que não voltem a se repetir no futuro. As conquistas do trabalho em equipe devem passar a ser patrimônio do Partido no seu conjunto, a essa finalidade obedece

a crítica e autocrítica no seio das células.

Tem-se constatado que essas normas não se observam nas células, particularmente nas novas. Alguns se conformam com a realização das tarefas e ninguém se pergunta como se cumpriram, que êxitos se obtiveram e em que erros se incorreu. Desta maneira se repetirão indefinidamente as mesmas experiências e os mesmos equívocos, sem contribuir em nada para o crescimento do Partido. Ao mesmo tempo, tampouco se sabe com exatidão em que proporção avança a organização e se expande sua influência política. Este trabalho tipicamente isolado e estranho ao Partido é prejudicial ao extremo. A base do trabalho coletivo está na permanente comunicação dos movimentos e em suas análises no marco partidário, o que resultará inconcebível se na célula não se comece a criticar e autocriticar-se por tudo aquilo feito e omitido. O processo da crítica (a autocrítica é somente uma de suas exteriorizações) não quer dizer ingressar em um período de crise, mas utilizar um recurso que permite marchar adiante, que é algo normal na vida partidária e uma forma de educação dos militantes.

Em resumo: a informação de toda tarefa cumprida ou não é obrigatória e com ela começa a crítica e autocrítica.

Nenhum camarada pode tomar o mal ou ter medo à crítica, deve ser educado na certeza que toda sua atividade será constantemente analisada pela célula.

A crítica - e também a autocrítica - constitui um meio que permite a superação organizativa. Mas tampouco a crítica é um passatempo, se a utiliza para descobrir a raiz dos erros e deficiências - não apenas para assinalá-los - para dessa maneira preparar a militância para que não volte a cometê-los. A autocrítica necessita de uma grande evolução política e a convicção de que o trabalho dos militantes e das células forma parte de um trabalho coletivo superior.

A existência de boletins internos no Partido, emitidos toda vez que surgem discrepâncias ou quando é necessário proporcionar determinadas informações que não devem ser de conhecimento público, é a expressão elevada desta necessidade de permanente crítica e autocrítica e nos ajuda a explicá-los cuidadosamente no seio da célula e da direção, pois assim se efetiva o controle coletivo da militância sobre o Partido.

A crítica e autocrítica são atividades estritamente internas (formam parte integrante do centralismo democrático) e as discussões não devem sair ao exterior, pois neste plano a atuação do Partido deve ser indiscutivelmente unitária.

